

A Europeanização da governação regional: o caso português

Moderadora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

Título da Comunicação: *A Europeanização da governação regional em Portugal: ponto da situação*

Autora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

RESUMO

O propósito deste artigo é identificar o impacto do processo de integração europeia sobre as dinâmicas de mobilização das regiões portuguesas na Europa. Partindo da literatura sobre a europeização da governação regional, procuraremos demonstrar, que ao invés daquilo que aconteceu em todo o território europeu, as regiões portuguesas continuaram indiferentes ao processo de integração europeia por forma a assegurar uma representação direta em Bruxelas. Neste artigo, iremos identificar os contornos de uma situação discrepante entre a literatura que aponta para a emergência de um sistema de governação multinível que favoreceu a dinamização das representações regionais na Europa e a situação portuguesa que expressa a “apatia” das regiões portuguesas face ao estímulo europeu.

A Europeanização da governação regional: o caso português

Moderadora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

Título da Comunicação: *As representações regionais na União Europeia: o caso Português – o caso do Alentejo*

Autora: Juliana Silva (Univ. Minho)

RESUMO

A problemática da representação regional no contexto europeu tem vindo, ao longo do tempo, a mobilizar esforços por parte dos diferentes estados-membros no sentido de aumentarem a sua presença regional na organização. Dada a complexidade das relações dentro da organização é essencial compreendermos o papel das regiões enquanto veículo que pode ou não influenciar o processo de tomada de decisão. De igual modo, será relevante perceber se Portugal se enquadra dentro desta problemática tendo ou não gabinetes regionais. Sendo assim, neste artigo pretende-se analisar o caso das regiões portuguesas na União Europeia, de forma a conseguir tirar algumas conclusões sobre o facto de Portugal ter ou não gabinetes regionais, quais as suas funções e estudar, mais concretamente, o caso da região do Alentejo.

A Europeanização da governação regional: o caso português

Moderadora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

Título da Comunicação: *A Europeinização da governação regional em Portugal: quando a regionalização do Estado Português se transforma num requisito europeu*

Autor: Firmino Vila Verde Costa (Univ. Minho)

RESUMO

Em Portugal impera uma fraca articulação entre o poder central e o poder regional que se traduz na excessiva centralização do poder em Lisboa e na impossibilidade de as regiões gerirem o seu território de forma autónoma e plena. Contudo, pelo facto de Portugal pertencer à União Europeia, importa verificar se o processo de integração europeia promove (ou não) a reorganização da gestão do território português com vista à consagração de uma governação multinível onde o nível regional assume o papel principal na definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Assim sendo, neste artigo iremos demonstrar que Portugal não soube reagir ao estímulo Europeu ao ignorar as vicissitudes de um processo de regionalização que permitiria alcançar maior eficiência económica e que contribuiria para a redução das assimetrias regionais.

A Europeanização da governação regional: o caso português

Moderadora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

Título da Comunicação: *Cooperación Transfronteriza: Especial Referencia a la Eurociudad Chaves (Portugal) – Verin (España)*

Autora: Rosa Ricoy (Univ. Vigo)

RESUMO

La intensificación de la cooperación transfronteriza ha adquirido un fuerte protagonismo en los últimos años en el medio social internacional y muy especialmente en el ámbito de la Unión Europea. Entre las muchas connotaciones y especificidades de esta cooperación hay una que reviste una dimensión y un significado muy especial: reparar un agravio y una deuda histórica en favor de muchos territorios y comunidades humanas que en el pasado fueron objeto de amputaciones y divisiones traumáticas, y como consecuencia de ello pasaron a constituir esos paisajes fronterizos sinónimo de áreas marcadamente periféricas, deprimidas y con importantes carencias estructurales.

En la actual coyuntura histórica se están produciendo, de manera simultánea, una serie de acontecimientos (globalización, procesos de integración supraestatal, procesos de democratización y regionalización de los Estados, crisis de la propia institución estatal, generalización e intensificación de las relaciones transfronterizas), que considerados de manera agregativa, representen una efectiva estructura de oportunidad para corregir aquellos errores históricos y permitir, así, la rehabilitación y el re-encuentro de estas entidades territoriales.

Ahora bien, llegados a este punto inevitablemente surge una pregunta: ¿se conformarán estas poblaciones y territorios fronterizos con el re-encuentro y la cooperación, o se demandará algo más? En otras palabras, ¿conducirá la cooperación transfronteriza a la integración transfronteriza? ¿Y cómo será esa integración, esto es, cuáles serían sus realizaciones y consecuencias a medio y largo plazo? Centramos el análisis de esta cuestión en la Euroregión Chaves (Portugal) – Verín (España), intentando aportar algunas soluciones al debate y al futuro de la cooperación transfronteriza.

A Europeanização da governação regional: o caso português

Moderadora: Sandrina Antunes (CICP - Univ. Minho)

Título da Comunicação: *Liderazgos locales en el gobierno local en España: el estado actual de la cuestión*

Autor: Francisco Collado Campaña e José Francisco Jiménez (Univ. Pablo de Olavide, Sevilha)

RESUMO

El presente paper efectúa una revisión de las distintas investigaciones tanto teóricas como empíricas sobre el estilo del liderazgo, las estrategias y las condicionantes contextuales de los alcaldes en el municipio español. En primer lugar, se efectúa un estudio de la “presidencialización” del alcalde español, su perfil socio-económico y los métodos de reclutamiento. En segundo lugar, se procede a un ejercicio de política comparada donde se pone en relación el alcalde español con sus homólogos en otros modelos como el italiano, alemán y portugués. Finalmente, se expone un marco teórico que permita orientar futuras investigaciones sobre los estudios locales y/o el municipalismo, especialmente en lo referente al liderazgo.

Segurança Marítima

Moderador: Alexandre Reis Rodrigues

Título da Comunicação: *Securitização da segurança marítima - caso de estudo do Golfo da Guiné*

Autor: João Lourenço da Piedade (CISDI e IESM)

RESUMO

A relevância económica da região do Golfo da Guiné, aliada à crescente insegurança marítima, confere a esta zona do globo uma importância de dimensão universal. Em 2014, a região do Golfo da Guiné forneceu 55% do petróleo consumido na União Europeia (EU28), com origem no continente Africano. Entre janeiro de 2003 e agosto de 2015, 37% dos incidentes ocorridos em águas africanas ocorreram no Golfo da Guiné (640 de 1,701), números com tendência para aumentar bem como as ameaças de pesca ilegal, não regulada e não documentada (INN) e o roubo de petróleo, atraindo assim as atenções de diversos governos e organizações regionais e internacionais para os assuntos de (in)segurança marítima, de diversos governos e organizações regionais e internacionais. Esta comunicação propõe estabelecer o enquadramento conceptual da Segurança Marítima, suportado nas teorias da Escola de Copenhaga, analisando a forma como os assuntos podem ser securitizados no âmbito do domínio marítimo. Diversas instituições estão a tomar ações que podem conduzir à securitização do Golfo da Guiné, promovendo a cooperação regional e extrarregional, no entanto, a deficiente governação marítima, conjugada com a falta de ação por parte dos parceiros extrarregionais dificultam de certa forma o processo de securitização em curso.

Palavras-chave: Securitização, Segurança Marítima, Golfo da Guiné

Segurança Marítima

Moderador: Alexandre Reis Rodrigues

Título da Comunicação: *(in)Segurança Marítima no Atlântico Sul: subsídios para uma contribuição nacional*

Autor: Pedro Bretes Amador (IESM e CISDI)

RESUMO

O século XXI materializa o “ressurgimento” da relevância estratégica do Atlântico Sul para a Comunidade Internacional. Esta relevância é produto da existência de recursos naturais, da emergência económica de alguns países associada à existência destes mesmos recursos e ao sucesso dos processos de democratização.

Contudo, o recrudescimento recente das ameaças decorrentes do fraco controlo das águas costeiras, do acesso e da segurança ao longo da costa, colocam desafios aos Estados costeiros deste oceano, em particular aos países lusófonos. Como consequência, assistimos ao aumento das atividades criminosas e da presença das grandes potências neste espaço, que também tem implicações securitárias para Portugal.

Esta comunicação propõe apresentar perspectivas de emprego do instrumento militar nacional, que atuem sobre as causas da insegurança e não sobre as suas consequências, numa abordagem multidisciplinar, quer no quadro bilateral, quer num multilateral, que podem contribuir para a segurança marítima no Atlântico Sul.

Palavras-chave: Segurança Marítima, Atlântico Sul, Cooperação.

Segurança Marítima

Moderador: Alexandre Reis Rodrigues

Título da Comunicação: *The Gulf of Guinea and Good Order at Sea*

Autor: Johannes Riber Nordby (Royal Danish Defence College)

RESUMO

With the international focus on Somali piracy since 2007 maritime security has become increasingly important. Not only has the focus spread out to other regions in the world but it has also broadened up to include other maritime threats such as IUU fishing, toxic dumping, smuggling etc. This broader approach calls for conceptualising maritime security. G. Till offers through his Good Order at Sea a way to frame and analyse maritime security. Good Order at Sea is not only a question of different threats but also different actors. Since states cannot exercise total sovereignty outside territorial waters Good Order at Sea is an important approach to understand how different actors can contribute to maritime security regardless their sovereign rights in a specific geographic area. This paper will analyse the level of Good Order at Sea in the Gulf of Guinea and point at the fact that extra regional-actors are just as important to the improvement of Good Order at sea as regional actors. It will furthermore point out that institutional framing is not enough neither is international law and therefore a normative understanding by all actors is crucial.

Keywords: Maritime, piracy, security, order

**Investigação sobre campanhas para eleições europeias: Aspectos
conceptuais e metodológicos**

Moderador: José Santana Pereira (ICS-UL)

Título da Comunicação: *Did the bailout programmes pave the way for Europe? Content analysis of European Parliament Campaigns*

Autores: Patrícia Silva (Univ. Aveiro) e Tiago Silva (EUI)

RESUMO

European Parliament elections are conventionally considered to be second-order elections. However, the second-order nature might be waning, given EU's growing visibility. The bailout programmes that have taken place in a number of EU member-states since 2010 might have paved the way for Europe, bringing a higher saliency for European politics, given the central role of EU institutions and partners in the way their bailouts played out. This paper seeks to present and discuss a methodological approach to empirically assess the impact of the bailouts on the 2014 European Parliament (EP) election campaigns. In specific, this paper proposes a methodological approach to the content analysis of conventional party campaign materials (manifestos, posters and TV spots), as well as the campaign in social networking sites and in the traditional media. This allows us to broadly cover the means by which citizens perceive party campaigns, be it directly (through campaign materials and SNS) and indirectly (through media coverage). By focusing on content analysis, which remains very much the dominant form of analysing messages in political communication, this paper seeks to discuss the main variables to be included in the consolidated codebook that will be used for cross country analysis.

**Investigação sobre campanhas para eleições europeias: Aspectos
conceptuais e metodológicos**

Moderador: José Santana Pereira (ICS-UL)

Título da Comunicação: *O artificial é melhor? Testes artificiais e reais de efeitos de campanha*

Autor: Carlos Jalali (Univ. Aveiro)

RESUMO

Os métodos experimentais têm ganho uma importância crescente na ciência política contemporânea. Uma das sub-áreas onde os métodos experimentais têm sido de particular relevo é na análise dos efeitos de materiais de campanha. Neste campo, um dos debates prende-se com o uso de materiais de campanha artificialmente gerados como estímulo, por oposição a materiais de campanha reais. Nesta comunicação, exploramos o debate metodológico sobre materiais de campanha artificiais vs. reais, e examinamos a sua aplicação no contexto do estudo dos efeitos de campanha nas Europeias de 2014.

Direitos Fundamentais no Século XXI: Incertezas e Perspectivas

Moderadora: Riva Sobrado de Freitas (UNOESC e UNESP)

Comentador: José Querino Tavares Neto (UFG e PUC-PR)

Título da Comunicação: *A desconstrução do habitus como condição necessária para a reconfiguração da cidadania das mulheres*

Autora: Silvana Beline Tavares (UFG)

RESUMO

A reivindicação de direitos pelas, e para as mulheres, atravessa a modernidade até os dias atuais nos quais movimentos feministas continuam levantando novas discussões para que o objetivo de pôr fim a desigualdade em suas múltiplas faces seja alcançado. As feministas desafiaram a prática da exclusão de mulheres da cidadania, com o argumento de que as diferenças de sexo não sinalizavam maior ou menor capacidade social, intelectual e política. Perspectiva que tem buscado a redefinição de um conjunto de direitos humanos no século XXI, não como um conceito estático ou propriedade de um só grupo, mas como cidadania que redefine suas necessidades e seus objetivos. Combinar a crítica às suposições do discurso pelos direitos com uma permanente contextualização dos direitos nos sistemas de relações sociais especialmente de gênero seria uma saída estratégica política para fazer a constante adequação de direitos no que se refere às mulheres. Para que os direitos humanos das mulheres sejam garantidos buscar-se-á neste artigo abordagens teóricas e conceituais sobre as desigualdades sexuais construídas pelo movimento feminista, assim como as propostas de Nancy Fraser e Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Gênero, aborto, direitos humanos.

Direitos Fundamentais no Século XXI: Incertezas e Perspectivas

Moderadora: Riva Sobrado de Freitas (UNOESC e UNESP)

Comentador: José Querino Tavares Neto (UFG e PUC-PR)

Título da Comunicação: *Acesso à justiça como possibilidade a des-hierarquização e exercício da cidadania*

Autores: Benedito Cerezzo Pereira Filho (USP) e Daniela Marques de Moraes (UNB)

RESUMO

O direito processual civil e o Poder Judiciário sempre tiveram suas bases estruturadas sob um modelo de direito e de justiça comprometido com os interesses de uma elite dominante que fez crer que preceitos como igualdade e liberdade eram garantidores da ordem e da segurança jurídica. A lei, como parâmetro geral, igualou os desiguais, criando um fosso entre os que alcançavam a satisfação de seus direitos e os demais que se viam à margem deste aparelhamento. Como alternativa, na década de 80, iniciou-se um movimento, denominado acesso à justiça, que buscava tanto identificar os obstáculos ao ingresso no judiciário, quanto soluções para superá-los. Apesar dos esforços, a compreensão sobre o acesso à justiça se limitava à faculdade de se ajuizar e contestar uma ação, mantendo a exclusão dos cidadãos que não compunham a esfera do poder às garantias fundamentais. Com a Constituição Federal de 1988, procurou-se abrandar o legalismo e o formalismo excessivos, mas mantendo o mesmo *status* de antes. Esta pesquisa busca analisar o modelo de direito e justiça pensando num novo padrão que permita múltiplos olhares visando a desformalização, descentralização e deslegalização como forma de garantir a des-hierarquização e a democracia como prática de liberdade e de participação.

Palavras-chave: Poder judiciário, acesso à justiça, des-hierarquização, cidadania.

Direitos Fundamentais no Século XXI: Incertezas e Perspectivas

Moderadora: Riva Sobrado de Freitas (UNOESC e UNESP)

Comentador: José Querino Tavares Neto (UFG e PUC-PR)

Título da Comunicação: *Os Direitos Humanos como Instrumento de Sustentabilidade: O Caso dos Resíduos Sólidos*

Autor: José Querino Tavares Neto (UFG e PUC-PR)

RESUMO

A grave problemática da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil, desde sua produção, coleta e disposição final, e o desafio colocado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos ao Estado e à sociedade, não se condiciona apenas à urgência de medidas que contribuam na busca de consecução e execução de políticas públicas, mas, numa dimensão mais profunda e holística, na efetividade dos direitos humanos. Mesmo considerando a importância da governança global, a preocupação está focada na governança local e sua legitimação na sociedade e contribuição para efetivação dos direitos humanos como categoria de análise em referência nos processos decisórios referente à formação de Modelos de gestão e governança na implementação da Política Nacional de Resíduos sólidos. A governança descentralizada e participativa, em colaboração com a sociedade civil, traduz-se numa nova arte de governar que tenha como critério o envolvimento e a participação qualificada e interdependente entre atores como um dos principais instrumentos de governo e, isso, somente se efetiva pela mudança do modelo de desenvolvimento para um novo modelo centrado na relação dialogal homem/natureza. Esse novo paradigma se sustenta no socioambientalismo, sobretudo na ampliação dos atores no processo decisório, especialmente às minorias e grupos tradicionalmente dominados.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Sustentabilidade, Resíduos Sólidos, Brasil.

Direitos Fundamentais no Século XXI: Incertezas e Perspectivas

Moderadora: Riva Sobrado de Freitas (UNOESC e UNESP)

Comentador: José Querino Tavares Neto (UFG e PUC-PR)

Título da Comunicação: *Transsexualidade e Identidade: A Importância da Cirurgia de Transgenitalização e a Alteração do Nome e Género no Registro Civil como Forma de Resgate da Identidade Pessoal*

Autora: Riva Sobrado de Freitas (UNOESC e UNESP)

RESUMO

O nome e o sexo são os meios pelos quais sistematicamente se realiza a identificação do indivíduo. Assim, o nome civil de uma pessoa deve estar em conformidade com o seu sexo. Tradicionalmente, a determinação do sexo ainda é feita por meio da visualização dos órgãos genitais do bebê, sem que se leve em consideração que o sexo do indivíduo é algo multifatorial. Entretanto, o transexual é a pessoa cujo sexo biológico não corresponde ao sexo psíquico, o que lhe traz sofrimento na medida em que rejeita seu sexo de nascimento como se fosse uma aberração. A evolução da medicina tornou possível a realização da cirurgia de transgenitalização ou de adequação ao sexo. Porém, de nada adianta corrigir o aspecto físico do indivíduo se o seu nome e gênero permanecem inalterados no registro civil. O constrangimento causado quando da aferição dos documentos pessoais, leva muitas pessoas trans à marginalização e também promove insegurança jurídica. Logo, o modo como a pessoa é representada e reconhecida pela sociedade é fundamental para o resgate da sua identidade e dignidade pessoal.

Palavras-chave: Transexualismo, Direitos Fundamentais, Gênero, Identidade.

Dinâmicas do Sul Global I *Dilemas, contradições e desafios nas estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento*

Moderadora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

Título da Comunicação: *CPLP: Da lusofonia à “petrofonía”?*

Autor: José António Palmeira (CICP e EEG-Univ. Minho)

RESUMO

A admissão da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida em 2014, indicia um novo paradigma para a organização que nasceu em 1996 sob o signo da lusofonia. Para cumprir os critérios de adesão, o regime de Obiang tornou o Português língua oficial do país, por decreto, e suspendeu a aplicação da pena de morte. A sua entrada reforça o potencial energético que é apanágio de outros Estados da CPLP – máxime Angola (membro da OPEP), Brasil, Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe. O objetivo deste artigo é analisar até que ponto há uma mudança de paradigma nos objetivos da CPLP, tendo em consideração, designadamente, os critérios subjacentes à integração da Guiné Equatorial. Também se pretendem avaliar as potencialidades/vulnerabilidades inerentes a uma possível flexibilização dos critérios de adesão, a exemplo do que adotam organizações congéneres (Commonwealth e Organização Internacional da Francofonia), o que poderá alterar a geopolítica da organização, tendo em conta os Estados/regiões que têm o estatuto de observadores associados.

Dinâmicas do Sul Global I *Dilemas, contradições e desafios nas estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento*

Moderadora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

Título da Comunicação: *Dilemas e oportunidades do Pragmatismo Político na construção da (nova) CPLP*

Autora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

RESUMO

Da imagem de comunidade essencialmente unida pela língua e pela cumplicidade histórica de diferentes patrimónios afetivos que ajudam a formar o esteio polissemântico da Lusofonia, a CPLP parece caminhar para uma nova entidade orgânica que busca o aumento da sua capacidade negocial em diversos *fora* internacionais, em benefício dos seus estados-membros, conscientes por seu turno dos dividendos económicos, diplomáticos, e políticos que podem advir de uma exploração inteligente da sua relevância geopolítica. A recente admissão da Guiné Equatorial parece inserir-se nessa nova lógica de puro pragmatismo político, pela qual a CPLP visa posicionar-se como ator global de relevo. Por outro lado, há que questionar se esta é realmente a melhor leitura sobre a evolução da CPLP ou se, pelo contrário, se assiste simplesmente à sua instrumentalização pelas agendas dos estados individualmente considerados e que maior capacidade têm de impor os seus interesses. Nesta segunda leitura, emerge claramente o Brasil, cujo interesse pela entrada da Guiné Equatorial foi determinante na admissão pela CPLP de um novo parceiro que é, no mínimo, um desafio não só à sua identidade lusófona, mas também à sua identidade humanista, centrada nos valores da liberdade e da dignidade da pessoa.

Dinâmicas do Sul Global I *Dilemas, contradições e desafios nas estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento*

Moderadora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

Título da Comunicação: *Para uma compreensão dos investimentos paradiplomáticos em Direitos Humanos na América do Sul*

Autores: André Aprígio (Univ. Minho) e Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

RESUMO

Nos últimos anos temos visto um crescimento substancial de atividades de governança transnacional desempenhadas por unidades subnacionais tais como as cidades, as grandes Metrópolis, num misto de desafio ao e de complementaridade com o Poder soberano do Estado Moderno. Partindo dos desafios que a paradiplomacia de tais entidades subnacionais colocam aos conceitos clássicos de Estado, e de Soberania Estatal, este artigo analisa, através da exposição de um estudo de caso, como a influência paradiplomática da Mercocidades, uma rede de cooperação horizontal entre cidades do Mercosul, é reveladora dessas novas dinâmicas desafiantes do Estado Moderno. De igual forma, buscamos demonstrar como recentes atividades transnacionais levadas a cabo por essa rede, relevam para os Direitos Humanos na região, tornando mais uma vez notório o desafio que se coloca ao Estado Moderno também no que reporta à sua promoção dos Direitos Humanos.

Dinâmicas do Sul Global I *Dilemas, contradições e desafios nas estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento*

Moderadora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP e EEG-Univ. Minho)

Título da Comunicação: *A Ascensão do Sul e as Novas Geografias do Desenvolvimento*

Autor: Sara T. Rodrigues (Univ. Minho)

RESUMO

Ao longo dos últimos cinquenta anos, o quadro internacional de Cooperação para o Desenvolvimento alterou-se profundamente, tornando-se mais complexo e diversificado. Principalmente desde a entrada do novo milénio que as práticas e as ideologias que enformam atual paradigma de Desenvolvimento estão em permanente mudança. Consequentemente, muitos são os novos desafios e oportunidades que emergem e requerem uma ação coletiva e abrangente. Uma das características mais relevantes das dinâmicas recentes do Desenvolvimento é, de entre um largo espectro de arranjos institucionais, a ênfase nas parcerias inclusivas. Face a uma complexa constelação de atores de Desenvolvimento, a ascensão do Sul comporta uma importante evolução instigadora de mudanças estruturais. A heterogeneidade do Sul e a sua multiplicidade de atores com uma agenda própria – como os BRICS –, devem ser consideradas para uma plena e ampla abordagem às novas configurações de Desenvolvimento que hoje se apresentam. Enquanto a Comunidade Internacional se posiciona na implementação da nova era pós-2015, o papel a desempenhar pelo Sul Global espera-se significativo e expressivo. Neste sentido, pretende-se uma análise sobre o crescente papel do Sul na definição da(s) geografia(s), políticas e parcerias de e para o Desenvolvimento. Como tal, discute-se a lógica subjacente ao seu

envolvimento em diferentes arranjos de cooperação – como a Cooperação Sul-Sul e Triangular – e, as repercussões no sistema internacional e de Cooperação para o Desenvolvimento. Na mesma linha, questiona-se em que medida o Sul pode contribuir para o cumprimento com sucesso da agenda pós-2015 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) no horizonte de 2030.

O Brasil no Mundo ou o Mundo no Brasil?

Moderadores: Pedro Seabra (ICS-UL) e Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *Brazilian foreign policy in the climate change regime: from BASIC to concentric circles*

Autor: Felipe de Albuquerque (ICS-UL)

RESUMO

The international climate change regime is facing ongoing challenges. Since the failures of COP-15 (Copenhagen, 2009), new multilateral efforts have been promoted with the purpose of halting global warming and fostering further collective action. The expectations created with the COP-21 (Paris, 2015) propelled climate change to the top of the global governance agenda. Not only it has pushed developing countries to assume voluntary national targets (INDCs), but it has also crafted a bottom-up approach, tying parts with diverse interests towards a common goal. Furthermore, new approaches, such as the Brazilian proposal of concentric circles, have been brought to life, adding up to the blurry normative core of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Considering such dynamics, this paper aims to underscore how Brazil has acted in the climate change negotiations between 2009 and 2015. Following introductory remarks on the regime literature in International Relations and its insufficiencies, this piece intends to show main foreign policy strategies, negotiating groups and constraints facing Brazil. Through the analysis of the two main outcomes joined (the BASIC) and promoted (the concentric circles proposal) by Brazil, this paper will add to explaining the country's complex positioning in such current pressing issue.

O Brasil no Mundo ou o Mundo no Brasil?

Moderadores: Pedro Seabra (ICS-UL) e Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *Brazil and Africa: Bargaining outcomes amidst defence cooperation*

Autor: Pedro Seabra (ICS-UL)

RESUMO

Faced with continuing security problems, both ashore and inland, Africa has often warranted the focus, and sometimes even intervention, of multiple external players over the course of its contemporary history. However, when faced with a wide array of possible partners for cooperation, vying amongst each other for increased influence, African countries do not necessarily remain passive and can be motivated to bargain and seek out specific incentives in order to sort the lot of outside assistance at their disposal. Such rationale can be applied to the framework of current Brazilian-African relations, and more specifically to Brazilian defence endeavours with Namibia and South Africa. Hence, this paper pinpoints potential linkages between defence interests and other issue areas through which Brazil consolidated its presence in Africa while paving the way for greater cooperation entanglements. I contend that a set of additional material and immaterial factors played a considerable role towards that end. While portraying bilateral dealings in an alternative but wholesome format, this paper seeks to draw out tacit bargaining traits through which such countries leaned on Brazil as a privileged defence partner.

O Brasil no Mundo ou o Mundo no Brasil?

Moderadores: Pedro Seabra (ICS-UL) e Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *'Emergent power': evidences on the Brazilian case*

Autora: Débora Terra (ICS-UL)

RESUMO

In general terms, power is produced in and through different social relations and contexts. More specifically, the concept of 'emergent power' allows understanding power as both capability and relation. While the former refers to relative material capabilities, the latter deals with the socialization of power. This paper intends to study power in its multiple forms, detaching from theory determinism and not presuming one form in favor of another, as many scholars do with hard and soft power considerations. It recons that these forms are competing, yet seeks to point out their connections. Over the past decade, substantial power shifts have taken place in international politics. Although China received considerable focus, Brazil has also played an increasingly prominent role. However, Brazil's rise has taken place despite lacking significant material capabilities, while resorting to a 'softer' engagement. Drawing from such a debate, this paper looks at the Brazilian case with the purpose of contributing to a more robust understanding of how power works, namely, what types of power Brazil exercises and more importantly, how they are connected. This paper expects to demonstrate that combining different forms of power help to explain the Brazilian case.

O Brasil no Mundo ou o Mundo no Brasil?

Moderadores: Pedro Seabra (ICS-UL) e Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *Brazil and US: what kind of relationship in an era of transformations?*

Autora: Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

RESUMO

During recent years the US policy through Latin America as well as to Brazil specifically has been marked by some oscillations, namely due the reorientation of the US foreign strategies priorities. Despite the lack of a strategy to the southern hemisphere US and Brazil had maintained a cordial relationship and, as during the last century, it has been marked by moments of approximation and disinterest. In this paper we will try to explore the US-Brazil relation during the terms of Brazilian President Lula da Silva, considering the relationship evolution since Brazil's democratization, highlighting its continuities and discontinuities and situating this analysis in the transformation of the international system debate. Regarding the foreign policy strategies of both actors we will focus on the dynamics of this relationship, namely to explore if the periods of a narrow relationship coincide or not with the Brazilian strategies of international projection.

O Brasil no Mundo ou o Mundo no Brasil?

Moderadores: Pedro Seabra (ICS-UL) e Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *O Brasil na OMC (2002-2014): A aliança tática com os BRICS*

Autores: Dmitri Nascimento e Canberk Koçak (ICS-UL)

RESUMO

A Política Externa Brasileira (PEB) entre os anos 2002-2014 passou por mudanças em relação à atuação nas entidades multilaterais (GATT/OMC, FMI e BM) criadas nas Conferências de Breton Woods (1944). Ao avaliarmos o aumento do comércio exterior do Brasil neste período destacaremos às posições e consequências políticas tomadas pela diplomacia brasileira perante a OMC, principalmente nas Conferências Ministeriais em Genebra (2009 e 2011) e Bali (2013), buscando como referência a atuação no Órgão de Solução de Controvérsias. Demonstraremos as variações da PEB junto aos países BRICS na construção das propostas por reformas na OMC analisando conjuntamente as reivindicações dos países BRICS com o formato das instituições multilaterais de comércio e finanças internacionais, principalmente após a crise de 2008. Objetivaremos indagar a estratégia em comum do bloco BRICS na OMC, confundindo-se com estratégias particulares de cada membro para se contrapor a hegemonia dos países desenvolvidos.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Democratização na África Subsariana: O longo legado colonial em perspetiva comparada*

Autor: António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

RESUMO

Esta comunicação procura estudar o impacto dos estados coloniais nos processos de democratização que ocorreram na África Subsariana na última década do século XX. Particularmente, irá investigar como mudanças institucionais específicas do estado colonial tardio (período entre 1930 e independência) podem ter afetado as transições que ocorreram no final do século. Através de uma análise histórica e comparada esta comunicação analisa como a introdução de eleições e assembleias legislativas locais nos impérios britânico e francês afetaram a sociedade civil e a formação de partidos nacionalistas em vésperas da independência. Argumentando que estas transformações colocaram os países em trajetórias políticas distintas que iriam determinar o sucesso das transições décadas mais tarde. Ao comparar dois casos de democratização bem sucedida (Benim e Gana) e dois países com transições falhadas (Quênia e Costa do Marfim) este paper tenta desvendar os mecanismos que podem interligar o colonialismo tardio com processos de transformação política mais recentes.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Entre a continuidade e a mudança: reformas políticas em contextos autoritários no Norte de África*

Autora: Isabel Alcario (ICS-UL e IPRI-UNL)

RESUMO

Desde o início da chamada “Primavera Árabe” que têm proliferado os estudos sobre o Norte de África e o Médio Oriente focando a ausência de democratização dos sistemas políticos na região e a sua aparente imutabilidade. Neste estudo, procuramos demonstrar que sendo a persistência autoritária uma tendência global na região desde o período das independências, houve contudo vários momentos de reforma e mudança política que, sem alterar a natureza autoritária dos regimes políticos, abriram o espaço político à participação de novos atores, permitiram a institucionalização de sistemas multipartidários e procuraram reforçar a fachada democrática destes regimes. Através de uma análise de *process-tracing*, iremos avaliar o alcance e impacto das medidas de reforma introduzidas desde 1990 até 2014.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Os determinantes da proliferação de novos partidos parlamentares em África: uma análise da competição nas margens dos sistemas partidários*

Autora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

RESUMO

Os estudos sobre a natureza dos sistemas partidários em África têm sido mais ou menos consensuais em demonstrar que a introdução de eleições multipartidárias tem conduzido à emergência de sistemas partidários dominantes, nos quais os partidos que estiveram no poder durante a vigência do monopartidarismo continuam a ser os protagonistas. Mas será este o fim da história? Estarão os sistemas partidários em África “congelados”. A presente comunicação argumenta que existem mudanças nas margens dos sistemas partidários e que alguns sistemas são mais permeáveis do que outros. Neste sentido, parte de uma base de dados original (com 102 eleições parlamentares, observadas em 19 países entre 1966-2011) para a testar os efeitos de fatores históricos (características do regime monopartidário), sociais (grau de fragmentação étnica) e institucionais (desenhos maioritários vs. consensuais) no grau de permeabilidade dos sistemas partidários africanos.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *O comportamento de adaptação a transições duplas dos ex-partidos únicos MPLA e FRELIMO: um cocktail de rupturas e continuidades*

Autora: Cláudia Generoso de Almeida (Univ. Complutense de Madrid)

RESUMO

O período que se seguiu à independência de Angola e Moçambique foi marcado por um regime monopartidário a braços com uma guerra intraestatal prolongada. Em ambos os países, o processo de paz iniciaria nos finais dos anos 80/início dos anos 90, implicando uma transição para um regime multipartidário via eleições. Embora Angola regressasse à guerra civil na sequência de eleições de 1992, em Moçambique tal não aconteceu após as eleições de 1994. Porém, nos dois casos os respetivos movimentos de libertação e partidos únicos, MPLA e FRELIMO continuariam a governar ininterruptamente. Esta comunicação pretende explorar como ambos partidos respondem aos desafios das transições duplas para a paz e democracia multipartidária. O objetivo é assim discutir o comportamento de adaptação destes dois partidos, já no poder há 40 anos, como uma dimensão importante para o estudo da trajetória política pós-colonial e da adaptação de partidos únicos a transições para a democracia. A partir de um modelo de interface de desafios e respostas, a análise conclui que, desde a sua fundação até às

primeiras eleições multipartidárias, o MPLA e a FRELIMO não são blocos monolíticos e estão num processo contínuo de adaptação para responder a pressões externas e internas, sendo que o mesmo é marcado por uma combinação de ruturas e continuidades.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *A Manutenção da Paz e Democracia em Moçambique entre 1992 e 2004: O Papel do Sistema de Representação Proporcional*

Autor: Rufino Carlos Gujamo (ICS-UL)

RESUMO

No dia 4 de Outubro de 1992, o governo de Moçambique liderado pela FRELIMO e a RENAMO assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP), terminando a guerra civil que se estendeu durante 16 anos, causando milhares de mortos, milhões de refugiados em países vizinhos e de deslocados internos, assim como fraturas sociais e políticas no seio da sociedade moçambicana. Após as profundas discussões entre os seus signatários, e no âmbito dos esforços visando a criação do ambiente favorável ao processo de democratização e de construção da paz, o AGP preconizou o estabelecimento do sistema político de representação proporcional vigente em Moçambique. Neste contexto, a presente comunicação procura explorar a contribuição do sistema de representação proporcional na manutenção da paz e da democracia, em Moçambique, entre 1992 e 2004.

Sistemas políticos na África Contemporânea: Continuidades, Rupturas e Desafios

Moderadora: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo)

Comentadores: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL, IPRI-UNL e CSSR- Univ. Cidade do Cabo) e António Luís Dias (IPRI e FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *O papel do parlamento no xadrez do Sistema político: caso cabo-verdiano*

Autor: Francisco Assis Graça (ISCTE-IUL)

RESUMO

Desde 1991 que Cabo Verde é considerado um país democrático. No contexto africano, onde vários países têm tido experiências de retrocesso democrático e de reintrodução de práticas autoritárias, Cabo Verde tem sido destacado na literatura (Ames 2007; Meyns 2002) devido ao seu sucesso, o que tem permitido ao país alcançar um avanço progressivo na consolidação democrática. Este sucesso democrático pode ser explicado por um conjunto de fatores, entre os quais as instituições políticas.

Portanto, num estudo da natureza do sistema político torna-se necessário prestar atenção às instituições políticas, em particular ao parlamento e entender o papel que desempenha em qualquer sistema político democrático. Neste sentido, o parlamento – inserido num sistema parlamentar mitigado, em que o poder se divide entre o governo, o Presidente da República e a Assembleia Nacional – ganhou centralidade, contribuindo para reforçar a democraticidade do sistema político. Por esta razão, pretende-se na presente comunicação explicar o papel do parlamento no sistema político e a sua contribuição no sucesso democrático cabo-verdiano.

Repensar a democracia

Título da Comunicação: *Um resgate da democracia não liberal*

Autor: Gabriel Eduardo Vitullo (Univ. Fed. RN)

RESUMO

Busca-se, com este trabalho, destacar importantes experiências históricas e reflexões teóricas que possam servir de embasamento para a (re)construção de uma concepção não liberal da democracia; uma concepção pautada na tradição de autogoverno de matriz popular. Na contramão do que é propalado pelas correntes dominantes dentro da ciência política contemporânea, aqui objetiva-se oferecer argumentos que contribuam para justificar a necessidade de desvincular a democracia do liberalismo, reestabelecendo os elementos constitutivos de cada uma destas duas tradições teórico-políticas, com ênfase naqueles que expressem com maior eloquência seus antagonismos. Tal argumentação, espera-se, colaborará, também, para desnaturalizar e questionar o matrimônio teórico-conceitual que responde ao nome de “democracia liberal” ou “liberalismo democrático”, tão solidamente estabelecido dentro dos círculos acadêmicos e fora deles.

Repensar a democracia

Título da Comunicação: *A metamorfose do conceito de “político” na contemporaneidade*

Autora: Irene Viparelli (Univ. Évora)

RESUMO

A metamorfose radical que se deu na organização das sociedades a nível global na passagem do século XX para o século XXI tornou problemática a representação tradicional do “político” como realidade separada da sociedade civil, isto é, como lugar transcendente relativamente à esfera do “económico” e do “ideológico”. Neste sentido, esta mudança lançou o desafio da procura de uma nova definição de “político”, que fosse mais adequada para uma hermenêutica da nossa contemporaneidade. Ao longo desta intervenção procuraremos demonstrar a seguinte hipótese: a criação de um novo conceito de “político” só é possível reconhecendo a tendência atual para a aproximação dos conceitos de “político”, de “económico” e de “ideológico”. Como referências teóricas fundamentais tomaremos, por um lado, as reflexões de Louis Althusser sobre a transformação do Estado numa “potência ideológica”, base do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, as reflexões de Antonio Negri sobre a identificação entre o conceito de “capital” e o de “político”, onde o “poder político” se torna a condição *sine qua non* da valorização capitalística contemporânea ao impor o seu “comando” sobre a “sociedade” e ao mistificar ideologicamente o “núcleo democrático” da sociedade contemporânea.

Repensar a democracia

Título da Comunicação: *Da esquerda espectral à hegemonia neoliberal: o poder do discurso TINA*

Autora: Patrícia Fernandes (CEHUM- Univ. Minho)

RESUMO

A partir do manifesto político publicado pelo filósofo norte-americano Richard Rorty em 1998 – *Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth Century America* –, propomos considerar a sua crítica à esquerda cultural e pessimista, que, contestando as fundações da democracia liberal, se recusou a desempenhar qualquer papel na política real, entendendo que entrar no jogo de poder é já pactuar com um sistema injusto. O que essa esquerda conseguiu, de acordo com Rorty, foi deixar o caminho livre para um sistema neoliberal que fez aumentar as desigualdades, desprotegendo aqueles que a esquerda reivindica defender.

A segunda década do século XXI assistiu a uma nova modalidade desse neoliberalismo – a política austeritária – que assenta no mesmo princípio discursivo: “there is no alternative”. Esta retórica discursiva, cuja finalidade é legitimar a aplicação de medidas políticas independentemente de princípios democráticos, tem, contudo, assumido uma dimensão real: os governos que foram eleitos com programas políticos de esquerda e contra-sistémicos (cf. Hollande e Syriza) têm deixado cair esses mesmos programas e a recente eleição de Corbyn para o Partido Trabalhista inglês, retomando os valores da velha esquerda, tem sido analisada como um funeral antecipado do Labor. Qual é, afinal, o poder da TINA?

Repensar a democracia

Título da Comunicação *Is There Any Theory in Empirical Studies of Democracy and Economic Globalization*

Autor: Pedro Mendonça (ICS-UL)

RESUMO

Despite significant methodological advance in the literature of democracy and economic globalization, critiques on the shortage and underdevelopment of theory accounting for empirical findings have been somewhat consensual. Despite this criticism no explicit attempt has been made to systematize the theory being poured into those studies. In this article I provide a state of the art of the theory in empirical macrostudies of economic globalization and democracy. This review shows how different theoretical insights produce findings on certain aspects of the general relationship while keeping others obscure. I find that the literature has coalesced essentially, though with nuances, around two types of explanations that here dub as: 1) the Stolper-Samuelson logic, and 2) the Social spending mechanism. I explore the weaknesses of both explanations as well as the opportunity they present for a unified theory of democracy and economic globalization.

Repensar a democracia

Título da Comunicação: *Ernesto Laclau: Hegemonia, Populismo e Radicalismo*

Autor: Pedro Moreira (IEP-UCP)

RESUMO

Com o surgimento do Syriza na Grécia e do Podemos em Espanha, o nome de Ernesto Laclau sobressaiu como uma influência na linha ideológica destes dois movimentos. Esta comunicação tenta descrever o pensamento do autor pós-Marxista e o que este nos diz acerca do seu assumido radicalismo. Partindo da sua obra com Chantal Mouffe ‘Hegemony and Social Strategy’ onde este propõe uma alternativa ao Marxismo Clássico, esta comunicação tentará descrever a posição de Laclau sobre o populismo e em que medida é que, segundo ele, os partidos de esquerda deveriam recorrer ao populismo para unir o eleitorado. Esta comunicação concluirá com algumas hipóteses sobre um potencialmente novo tipo de radicalismo.

Repensar a democracia

Título da Comunicação: *The Paradox of Portuguese Healthcare System: Economic Pressures and Political Choice*

Autoras: Maria Asensio (ISCSP-UL) e Tamara Popic (UL)

RESUMO

This paper (prepared within the context of the NORFACE HEALTHDOX Project on the “Paradox of Health State Futures”) analyzes policies of austerity in the Portuguese healthcare system in a comparative perspective. In the context of the financial crisis, the system witnessed series of reforms imposed by the European Central Bank, the European Commission and the International Monetary Fund, or the so-called "Troika", through the Memorandum of Understanding (2011). The fact that beside Greece, Portugal was the only other South European country that introduced a set of externally conditioned austerity policies specifically aimed on healthcare makes it an excellent case for the analysis. The paper will draw some preliminary conclusions about the main trends of the healthcare reforms introduced the context of austerity, situating these reforms in the context of a broader historical development of the Portuguese healthcare system since 1980s, and in comparative perspective with other Southern European countries. Furthermore, the paper makes a two-fold argument. First, we use the Portuguese example to show that states can respond to financial crises in more than one way: they can respond to external pressures, but they can also use crisis as window of opportunity for large-scale policy reform. Second, we argue that the austerity policies continuously followed by the Portuguese

government during the crisis should be explained not only by economic pressures, but also by conscious political choices enabled by a set of specific social and political circumstances. Analyzing the Portuguese case, the paper emphasizes that the policies of austerity must be analyzed in a more fine-grained way that pays equal attention to differences in the economic pressures of the affected countries, but also to the role of political choice in responding to these pressures.

União Europeia: Instituições, Políticas e Cepticismo

Moderadora: Isabel Camisão (CIPC-Univ. Minho e FE-UC)

Título da Comunicação: *The Commission's Response to the Crisis: nothing new on the Single Market front?*

Autora: Isabel Camisão (CIPC-Univ. Minho e FE-UC)

RESUMO

The economic and financial crisis that erupted in 2008 opened a window of opportunity to put the Single Market (SM) back on top of the European agenda, as part of a two--tiered crisis response: reinforced financial markets supervision and stronger economic policy coordination on the one hand, and the strengthening of the internal market to increase competitiveness and boost economic growth on the other. The first tier resulted in a breakthrough in the commission's economic governance functions that significantly strengthened its supervision and administrative powers. In contrast, the Commission's response in the SM front merely continued its past course, based on existing policy instruments, with no marked policy innovation, and without gaining new functions or powers. Our hypothesis is that the Commission's role in crisis response was differentiated depending upon the policy area. Thus, using process tracing analysis our goal is to analyse the Commission's crisis response through the SM tier until 2014, in order to answer the question: Do the Commission's SM proposals and initiatives revealed its Janus--face, i.e. a strategy of "conservative continuity" in SM policies in contrast with the "reformist impetus" that characterized its new economic governance functions?

União Europeia: Instituições, Políticas e Cepticismo

Moderadora: Isabel Camisão (CIPC-Univ. Minho e FE-UC)

Título da Comunicação: *Conselho da União Europeia: Do Intergovernamentalismo à governança multinível*

Autora: Liliana Reis Ferreira (UBI)

RESUMO

O domínio do método intergovernamental no Conselho tem sido apontado, aolongo da construção europeia, como uma das principais barreiras à maior democratização da instituição, traduzindo simultaneamente um obstáculo ao aprofundamento da integração. A crise das dívidas soberanas e particularmente o problema vivido na Grécia em 2015 vieram questionar novamente o papel dos Estados-membros na governação da UE em matérias económicas, assim como o défice democrático desta instituição em particular. Mas constituirá o método intergovernamental presente no processo de tomada de decisão do Conselho

o maior obstáculo à solidariedade da UE? A emergência de novos atores no seio do Conselho, como o Eurogrupo, o qual tem desempenhado um papel crucial na gestão política da UE, em particular da área do EURO, e substituído o ECOFIN como o fórum político da ligação para a governação da zona euro, como, aliás, foi inicialmente previsto pelo Tratado, parece revelar dinâmicas de governança endógena dentro do Conselho. O objectivo deste artigo é mostrar algumas das transformações mais recentes do Conselho, para pensar possíveis articulações de tais mudanças com a governação multinível no seio da UE.

União Europeia: Instituições, Políticas e Cepticismo

Moderadora: Isabel Camisão (CIPC-Univ. Minho e FE-UC)

Título da Comunicação: *O Euroceticismo no seio da União Europeia em crise: actores e implicações*

Autora: Catarina Silva (Univ. Minho)

RESUMO

A crise financeira internacional de 2008 significou para a União Europeia (UE) o despoletar de uma crise económica sem precedentes, que, aliada à ameaça de colapso do EURO e à instabilidade da UE conduziram alguns países da UE à estagnação económica e difícil sobrevivência social. Esses recentes desafios à UE culminaram no amadurecimento de uma onda eurocética, um pouco por toda a Europa, mas com maior expressão a sul, onde os movimentos aparecem aliados ao extremismo populista nas frentes políticas nacionais e europeias. Significativamente, o discurso “antieuropa” tende a aumentar no seio das instituições europeias, em particular no Parlamento Europeu, onde os partidos políticos eurocéticos ocupam já cerca de 25% dos assentos. Porém, o fenómeno já se alastrou também ao Conselho da União Europeia, bem como, ao Conselho Europeu. A comunicação proposta examina as implicações que o crescente euroceticismo, expresso na forma de partidos políticos, tem na orgânica e funcionamento das instituições europeias. Para isso, recorreremos a uma metodologia inovadora no estudo do fenómeno eurocético, baseada na combinação de métodos quantitativos e qualitativos.

Dinâmicas do Sul Global II *Os BRICS e os novos desafios da governação global*

Título da Comunicação: *O Processo de Institucionalização dos BRICS*

Autora: Carmen Amado Mendes (FE-UC)

RESUMO

Este paper avalia o atual processo de institucionalização dos BRICS, argumentando que as especificidades partilhadas por alguns dos seus membros poderão ser potenciadas neste processo. A Região Administrativa Especial de Macau será usada como case study, podendo servir de ponto de ligação entre a China e os restantes BRICS e atrair uma estrutura permanente: oferece um centro de serviços com boas infra-estruturas num Território pequeno, localizado num dos BRICS (China), mas que partilha características comuns com outros dois (Brasil e Índia), a lusofonia, e a experiência da retrocessão à mãe pátria, como Goa. Os benefícios para Macau caso o Território seja envolvido neste processo também serão analisados: a diversificação da sua economia; promoção da sua imagem e reconhecimento internacional; e o sucesso da fórmula “um país, dois sistemas”. Desde a sua retrocessão para a China em 1999, Macau tem construído uma identidade própria e desenvolvido funções distintas. Os esforços da China em maximizar o poder funcional do Território resultaram em que este se transformasse num local privilegiado de encontro e diálogo entre a China e os países lusófonos, tirando partido do legado histórico e cultural deixado pela secular presença portuguesa. A criação em 2003 do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também conhecido como “Fórum Macau”, é prova do enquadramento estratégico da China para o Território enquanto elo de ligação e, simultaneamente, eixo de articulação com outros países.